

Governo controlará endividamento estadual

■ Banco Central quer evitar o uso político de recursos das instituições financeiras oficiais durante as eleições do próximo ano

BRASÍLIA — O controle mais rigoroso do endividamento dos bancos e governos estaduais é um ponto fundamental do plano de ação governamental que o presidente Itamar Franco apresentará neste sábado. A proposta da equipe econômica é aumentar as restrições para o financiamento dessas instituições aos governos.

Em todas as operações de crédito dos governos estaduais, mesmo

com os bancos federais (BNDES, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal), os bancos estaduais são os fiadores.

O tratamento de *rédea curta* aos bancos estaduais terá que ser implementado ainda este ano porque o Banco Central perderá força se deixar para controlar o endividamento dos bancos e dos governos no ano que vem, quando serão realizadas eleições.

Pressões — Segundo um alto funcionário do governo, a adoção de maior controle sobre os bancos estaduais sofre pressões políticas muito fortes, mas a equipe econômica está disposta a resistir diante da necessidade de reduzir a cobertura que essas instituições dão aos gastos dos governadores.

Um exemplo desta pressão é o *lobby* dos governadores nordestinos sobre o presidente Itamar Franco

para garantir a transferência de recursos federais destinados à reabertura dos bancos estaduais da Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí. Quando Itamar esteve em Teresina para lançar o programa de combate à seca, os governadores dos três estados reforçaram o pedido para que não vete os recursos do orçamento com esta finalidade.

Crédito — O Orçamento votado pelo Congresso no mês passado

reservou Cr\$ 1,02 trilhão — equivalentes a US\$ 37,1 milhões — para operações de crédito do governo federal com estados e municípios. A proposta da equipe econômica é transferir esses recursos para programas sociais, uma vez que a transferência é voluntária e não obrigatória. A rubrica Atendimento das necessidades de compatibilização dos fluxos financeiros foi utilizada pelo relator do orçamento,

senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), para atender pedido do presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), para injetar dinheiro no Parai-ban, Bandern e Banco do Piauí.

“Há recursos a pedido do senador Lucena, mas não estão carimbados para qualquer banco estadual e sua aplicação ficará exclusivamente a critério do ministro da Fazenda”, disse Mansueto.